



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GALVÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO 108/2023**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 021/2023**  
**651FD108AE6CDDC1A17C399EB41B18254BB1D4C2**

**1. PREÂMBULO**

1.1 O Prefeito Municipal Senhor **ADMIR EDI DALLA CORT**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na **MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação da empresa **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTISTICO CULTURAL E OCUPACIONAL DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**, inscrita no CNPJ 05.378.593/0001-48, com sede na Rua Jose Pereira Liberato, nº 2219, Sala 01, Bairro São Judas no município de Itajai – SC CEP 88.303-400, representada neste ato pela sua representante legal KATY BREITENBAUCH, brasileira, portador do CPF nº 087.142.369-31 e do RG 4.776.978 SSP, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

**2. OBJETO**

2.1 – Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACOLHIMENTO DA PACIENTE M.C.G** conforme decisão interlocutória do juízo da comarca de São Domingos-SC., datado de 01 de março de 2023, processo 5000678-95.2023.8.24.0060, evento 03, através de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para realização dos serviços conforme solicitação da Administração.

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1 Devido à necessidade dos serviços de acolhimento Institucional da Senhora M.C.G, tal contratação é de extrema urgência haja vista, tratar-se de pessoa deficiente, que necessita de cuidados diários para todas as atividades, inclusive as básicas. Desta forma, por orientação do Ministério Público da Comarca de São Domingos, ficou determinado a busca por empresa para efetuar o acolhimento imediato da referida.

3.2 A empresa selecionada atende as exigências legais da Secretaria de Assistência Social e Ministério Público com qualidade, eficiência e uma metodologia diferenciada para o acolhimento com pessoal com necessidades especiais.

**4. ENQUADRAMENTO LEGAL**

4.1 O presente Termo de Inexigibilidade encontra fundamentação legal no art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe:

*"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição..."*

**5. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1 Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotação: 03 - 3.3.90.00.00.1501.00.00

**6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GALVÃO

6.1 A mesma será contratada, pois se averiguou que os preços praticados são condizentes com o mercado.  
**O valor mensal da proposta é de R\$ 7.683,00 (Sete mil, seiscentos e oitenta e três reais).**

## 7. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

7.1 Tendo em vista a empresa **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTISTICO CULTURAL E OCUPACIONAL DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS** foi escolhida, devido à mesma demonstrar interesses em fornecer os serviços em tempo hábil, que seja de qualidade e satisfatório ao município com atendimento de alta qualidade.

## 8. DO PREÇO

8.1 O valor total do presente CONTRATO, que representa a soma do valor da prestação de serviço é de R\$ 92.196,00 (noventa e dois mil, cento e noventa e seis reais). Por 12 meses.

## 9. CONDIÇÕES DOS MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

9.2 Entregar os materiais e a prestação de serviço em conformidade estabelecida no Edital em referencia, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

9.3 Dar plena garantia sobre a qualidade dos serviços prestados;

9.4 Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital.

9.5 A nota fiscal deverá ser emitida conforme o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: [licitacao@galvao.sc.gov.br](mailto:licitacao@galvao.sc.gov.br)

9.6 Apresentar todos os documentos para o Processo licitatório:

- a) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Falência e concordata e recuperação Judicial.
- h) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- i) CPF e ID do responsável pela assinatura do contrato.
- j) Contrato social / Ata da Posse / Estatuto / documento MEI

## 10. DA VIGÊNCIA

10.1 O prazo estabelecido para os Serviços previstos neste edital de acolhimento da paciente é a partir do dia 01 de janeiro de 2024 até dia 31 de dezembro de 2024.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - Da Forma de Pagamento



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GALVÃO

11.1.1 - Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo prazo máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

11.1.2 - O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de objetos efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade.

11.1.3 - Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente.

11.1.4 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o INPC.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

12.1 - A EMPRESA, por seus responsáveis e prepostos, obrigar-se-á em:

12.1.1 Prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Município conforme estabelecido no ANEXO I.

**12.1.2 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena a aplicação das penalidades previstas no presente contrato e cancelamento do mesmo;**

12.1.3 Arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a prestação de do serviço, bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município em todas as esferas administrativas e jurídicas;

12.1.4 Cumprir com responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, e ainda todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

12.1.5 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

12.1.6 Fornecer nota fiscal dos serviços a ser emitida de acordo com cada pedido a qual deverá impreterivelmente apresentar o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: **compras@galvao.sc.gov.br**

12.1.7 A empresa deve fazer a prestação de contas do valor, que a Assistência Social repassa do BPC mensalmente, mediante planilha.

## 13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, por seu responsável o Sra. **Adrielle Bernanrdo, Monitora Social**, para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

b) efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

## 14. DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GALVÃO

consequências previstas no artigo 80 a 99 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito de qualquer indenização.

14.2 A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 Determinada por ato unilateral da administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a administração;

14.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

14.3 A aplicação das penalidades previstas no item anterior não eximirão a concessionária da restituição aos cofres públicos dos danos causados a administração pública em face a inexecução total ou parcial do objeto.

**14.4 O Município reserva o direito de rescindir o presente contrato independentemente de interpelação extrajudicial, sem que caiba a empresa o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:**

14.4.1 Quando a empresa falir, for dissolvido ou por superveniente incapacidade técnica;

14.4.2 Quando a empresa transferir, no todo ou em parte o contrato;

14.4.3 Quando houver paralisação das atividades comerciais da empresa pelo prazo de 30 (trinta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo contratante.

## **15. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

15.1 Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, numerado em ordem crescente, respeitados os valores máximos que caracterizam a referida dispensa de licitação.

## **16. PENALIDADES**

Se a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

16.1 – Advertência;

16.2 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Galvão – SC;

16.3 – Pagamento de multa equivalente a 20 % (vinte por cento) do valor total inicial do contrato;

16.4 – Declaração de inidoneidade;

16.5 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

16.6 - As demais penalidades previstas no Art. 81 a 99 da Lei nº 8.666/93;

16.7 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Galvão – SC, em favor da empresa. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

16.8 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado a mesma, até o julgamento do pleito

## **17. DOS CASOS OMISSOS E DO FORO**

17.1 Os fatores não delineados no presente instrumento serão regidos de acordo com as normas constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2 Fica eleito o Foro da **Comarca de São Domingos - SC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GALVÃO

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, os materiais e a prestação de serviço do Processo Licitatório nº 108/2023 na Inexigibilidade de Licitação nº 021/2023, do Município de Galvão - SC.

18.2 E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Galvão, 07 de dezembro de 2023.

**ADMIR EDI DALLA CORT**  
PREFEITO MUNICIPAL

**ADRIELLE BERNARDO**  
MONITORA SOCIAL/FISCAL

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTISTICO CULTURAL E OCUPACIONAL DO PORTADOR DE  
NECESSIDADES ESPECIAIS**

KATY BREITENBAUCH

Assessor Jurídico.

Advº **Evandro Fernandes Andre** OAB/SC 29159 \_\_\_\_\_

**Testemunhas:**

1. Roberval Dalla Cort. CPF 025.921.129-01- \_\_\_\_\_

2. Juliane Baldissera CPF 043.444.589-40 \_\_\_\_\_



**ANEXO I**

---

**Especificação**

---

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACOLHIMENTO DA PACIENTE M.C.G CONFORME ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC**

- - Atividades com objetivo de oferecer acolhimento de alta complexidade para pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, cognitiva e mental ao associada para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- Com infraestrutura e apoio a pacientes com deficientes físicos e imunodeprimidos;
- Oferecer atividades de assistência psicossocial e a saúde a portadores de distúrbios psíquicos, etc.

---